

FINANÇAS E SOLIDARIEDADE: UMA ANÁLISE DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL SOLIDÁRIO NO BRASIL¹

Fábio Luiz Búrigo²

Resumo

O cooperativismo de crédito vem alcançando destaque crescente no Brasil. Baseando-se em estudos das microfinanças, em conceitos advindos da nova sociologia econômica e em contribuições do neo-institucionalismo, o artigo analisa o desenvolvimento de sete experiências cooperativistas solidárias brasileiras. Conclui que diferentemente dos sistemas tradicionais, a composição das redes sociais, os mecanismos de controle social, a capacidade de inovação e o estabelecimento de sinergias com o poder público explicam o surgimento e a viabilidade das cooperativas de crédito solidárias no país. Mesmo enfrentando debilidades internas, elas se mostram promissoras para reduzir a exclusão bancária e democratizar o Sistema Financeiro Nacional.

Palavras-Chave

Cooperativismo de crédito, Microfinanças e Crédito Rural

Keys Word

Credit Cooperativism, Microfinance e Rural Credit

Abstract

Finances and solidarity: an analysis of solidary rural credit cooperativism in Brazil

Credit cooperativism has been achieving growing attention in Brazil. Based on the concepts of the new economic sociology; on studies about microfinances and of solidary finance and contributions of neo-institutionalism, the work looks at seven

¹ Trabalho baseado na Tese defendida pelo autor junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, em fevereiro de 2006.

² Fábio Luiz Búrigo é Engenheiro Agrônomo, mestre em Agroecossistemas e doutor em Sociologia Política. Atualmente é consultor do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Endereço: Rua Lauro Linhares, 1921 Bloco B / Apto 103. CEP 88036-002. Florianópolis SC. Email: búrigo@linhalivre.net. Fone 48 32342267 / 99035356.

experiences of solidary credit cooperatives in Brazil. The study concludes that the composition of social networks, the capacity for innovation and the establishment of synergies with government are decisive elements in the explanation of the rise and the viability. This trajectory indicates that even though they confront internal weaknesses and contradictions, solidary credit cooperativism is a promising route to broaden the use of official rural credit among low income family farmers, modify the situation of bank exclusion and democratize the National Financial System.

Introdução

Uma das facetas da desigualdade no Brasil se revela nas relações entre a população e o Sistema Financeiro Nacional (SFN). A exclusão dos serviços e produtos bancários atinge dezenas de milhões de pessoas, ao mesmo tempo em que o país é um dos líderes mundiais em termos de sofisticação tecnológica e de taxas de rentabilidade do setor – de acordo com Costa (2005) a lucratividade de 162 instituições bancárias brasileiras em 2004 alcançou aproximadamente U\$ 19 bilhões.

Acredita-se que uma das causas dessa forma de exclusão social esteja na baixa presença de organizações financeiras locais (OFLs) que conheçam melhor as necessidades de seus clientes, atuando dentro de uma lógica das “finanças de proximidade” (SERVET; VALLAT, 2001, p.13).

De acordo com essa premissa e diante do quadro institucional e legal, vários autores sugerem que o cooperativismo de crédito seja a referência mais promissora para se popularizar as finanças no Brasil (ABRAMOVAY, 2003; BITTENCOURT, 2003), ainda que o peso econômico global das cooperativas seja limitado.

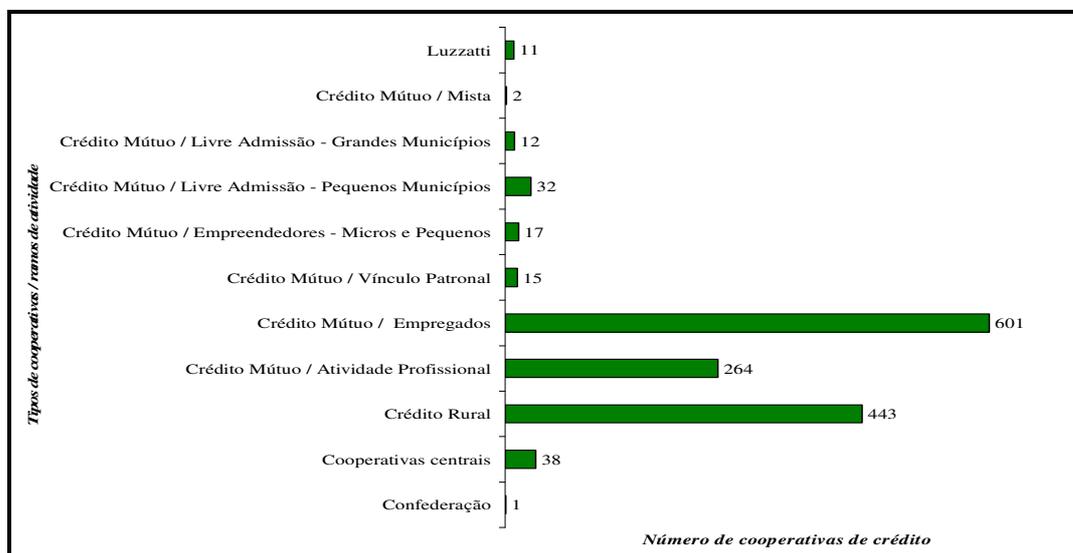
Em setembro de 2005, o Brasil contava com 1436 cooperativas de crédito assim distribuídas: uma confederação de crédito, 38 centrais e 1.397 singulares. O Gráfico 1 aponta a composição geral do cooperativismo de crédito brasileiro naquela data diferenciando os tipos e ramos de atividade.

Mesmo que sua presença esteja se alargando, nota-se que as cooperativas de crédito não foram ainda devidamente “descobertas” pela nação brasileira. Segundo o BC, no final de 2004, elas possuíam perto de 2,1 milhões de associados, o que representa um patamar modesto em relação ao total da população economicamente ativa (PEA) do país.

Note-se, que o espaço de crescimento é ainda mais significativo pelo fato de que o setor bancário, apesar de sua pujança em termos monetários e de

lucratividade, alcançava em maio de 2005 apenas 25% da PEA, calculada em 76 milhões de pessoas (COSTA, 2005, p.48).

Gráfico 1 - Quantidade de cooperativas de crédito, por tipo e ramo de atividade
(setembro de 2005)



Fonte: Unicad / BC; adaptado pelo autor.

Nos anos recentes, o cooperativismo de crédito nacional registrou também aumentos significativos nos indicadores financeiros, mesmo enfrentando alguns problemas de adaptação às mudanças legais. Os dados agregados informam a crescente participação do cooperativismo no SFN, não obstante um pequeno refluxo no volume de depósitos recolhidos pelo setor, em 2004. A Tabela 1 demonstra a posição do setor entre 2001 até 2004.

Tabela 1 - Evolução da participação das cooperativas de crédito no SFN (2001-2004)

Indicador / Ano		2001	2002	2003	2004
ATIVOS	R\$	8.450	11.495	14.866	18.363
	MILHÕES				
	% NO SFN	0,75	0,86	1,04	1,17
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	R\$	3.733	4.570	6.003	7.855
	MILHÕES				
	% NO SFN	1,35	1,44	1,70	1,89
DEPÓSITOS	R\$	4.840	6.884	8.952	8.205
	MILHÕES				
	% NO SFN	1,26	1,45	1,73	1,31

Fonte: Banco Central (Defis/Desup).

Dos quatro maiores sistemas cooperativos de crédito do país, três são baseados em estruturas cooperativas mais próximas de uma cultura bancária, pois norteiam sua atuação numa lógica de profissionalização gerencial e concentração de recursos visando ganhos de escala.

Dois desses, o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) e o Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi), possuem seus próprios bancos cooperativos e o terceiro, o Sistema Unicred Brasil (Unicred), ainda não se decidiu pela criação do seu.

O quarto é o Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol). Tal posição do Sistema Cresol dentro do cenário cooperativista nacional representa também a consolidação de um novo modo de funcionamento de cooperativas de crédito no Brasil. Denominado de “vertente solidária” por Pinho (2004), esse tipo de cooperativas surgiu como uma tentativa de recuperar o potencial do cooperativismo de crédito junto aos segmentos sociais menos favorecidos.

Nos últimos anos, a presença das redes de cooperativas de crédito solidárias passou a ser reconhecida pelo próprio BC, embora em outros termos. Para o Órgão, o que se observa no Brasil em termos genéricos é a existência de cooperativas de crédito com perfis verticalizados e de cooperativas que se organizam sob uma ótica horizontalizada (ALVES; SOARES, 2004, p.20).

Pela definição adotada pelo presente trabalho, uma cooperativa solidária é aquela que não se preocupa apenas em obter benefícios para o seu quadro social, mas procura estender a sua ação ao máximo de pessoas que integram aquele segmento, como também busca fortalecer seus aderentes em outras dimensões (social, cultural, política, etc). A cooperativa solidária depende, portanto, de uma forte incrustação na realidade local para alcançar e manter sua legitimidade e dar cumprimento a sua missão estratégica.

Não obstante as particularidades que demarcam cada experiência, a maioria das cooperativas de crédito rural solidárias tem seu foco direcionado ao espaço mundo rural e especialmente aos agricultores familiares considerados de baixa e média renda. Ou seja, boa parte do público aqui tratado pode ser incluída nos grupos C e D do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf).

Pelos critérios atuais do Programa, no Grupo C estão os agricultores com renda familiar anual bruta entre R\$ 2 mil e R\$ 14 mil, e no Grupo D estão os com

renda entre R\$ 14 mil e R\$ 40 mil. Para alguns autores a formação e a qualidade do trabalho de organizações sociais como uma cooperativa de crédito e de um sistema precisam ser vistas como manifestações de um tipo particular de capital social de uma comunidade.

Isto é, que as experiências conseguem obter de forma diferenciada aquilo que Abramovay (2003) ressalta: complementar a falta de patrimônio por laços de confiança, criando uma solidariedade que garanta as operações financeiras de maneira coletiva³.

Tendo em mente uma visão panorâmica de como as cooperativas de crédito denominadas de solidárias estão se desenvolvendo no país, o artigo busca analisar as perspectivas dessas organizações no combate à desigualdade social, na construção de novas formas de sociabilidade e de alternativas dentro do mercado financeiro e creditício nacional.

Além dessa introdução, o presente trabalho apresenta uma seção com dados e considerações a respeito de sete experiências de cooperativismo de crédito solidário existentes no Brasil.

Em seguida, discute as aplicações de crédito rural do Pronaf realizadas por essas organizações, uma vez que esse Programa é visto como fundamental nas estratégias de funcionamento dessas organizações. Ao final, são apresentadas considerações gerais que o trabalho despertou e formuladas conclusões. Ali estão também registradas questões e pistas para futuras pesquisas.

1. O cooperativismo de crédito solidário

Especialmente quando se fala de cooperativas de crédito e em solidariedade surge quase que de imediato a interrogação sobre o que se pode fazer para evitar que se reproduza o que os críticos do cooperativismo de crédito mundial assinalam:

³ O conceito de um capital social dinâmico reforça a perspectiva sociopolítica da presente investigação, na mesma linha adotada por Schwartzman; Reis (2005), segundo a qual uma pesquisa desse tipo deve colocar o foco da análise “nas instituições e procedimentos políticos e sociais através dos quais a sociedade civil interage com a autoridade pública. É a interação entre o social e o político, ou entre a solidariedade e a autoridade que mais interessa aqui” (SCHWARTZMAN; REIS, 2005, p.154). Portanto, embora complexo e difícil de quantificar, a idéia de utilizar o capital social se justifica pela sua aplicabilidade quando analisado tanto como meio como resultado da ação coletiva. Para efeito do presente trabalho, se adotará a idéia de que capital social representa a capacidade dos agrupamentos de resolverem seus problemas, que nas propostas de Baquero (2003) assim se traduz: a premissa essencial do capital social é a de que permite ações cooperativas comunitárias e resolve os problemas comuns da coletividade.

“certos desvios históricos dos setores mutualistas e cooperativistas, que se tornaram verdadeiras grandes empresas capitalistas altamente tecnoburocráticas” (FRANÇA FILHO, 2002, p.131). Ou seja, como as cooperativas de crédito podem atuar junto aos mais pobres, já que eles têm poucos recursos financeiros para movimentar e elas precisam sobreviver no mercado capitalista? Compromissos das cooperativas de crédito nesse sentido são assinalados por Singer:

O quadro de sócios duma cooperativa de crédito comunitária tem de ser constituído por produtores estabelecidos, em faixas de renda próximas, para que laços de confiança e solidariedade possam se desenvolver. Mesmo em cooperativas de gente pobre, não há lugar para os que Yunus chama de “os pobres dos pobres”, pois estes não estão em condições de sequer integralizar suas cotas de capital. Mas, como a solidariedade é um valor caro ao cooperativismo como um todo, cooperativas de crédito têm propensão a servir não só aos sócios presentes, mas também àqueles que, uma vez tendo superado o limiar de indigência, serão seus sócios futuros (SINGER, 2004, p.15).

Aqui se está falando de como estabelecer uma nova maneira de equilibrar a racionalidade econômica e o ideal associativista dentro das cooperativas, o que, de acordo com as teorias do neo-institucionalismo, dependerá, entre outras coisas do arranjo institucional adotado.

As críticas em relação à responsabilidade social do cooperativismo de crédito tornaram-se tão fortes que, em várias partes do planeta, os sistemas tradicionais têm reavaliado sua posição perante a questão, e “afortunadamente, várias instâncias superiores de cooperativas no mundo inteiro agora estão reconsiderando como podem melhor servir os grupos mais pobres” (RUTHERFORD, 2002, p.82, tradução nossa).

Em algumas situações, as cooperativas estão novamente sendo encaradas como instrumentos de mobilização, de emancipação e de estruturação de iniciativas econômicas, promovidas por organizações populares de diferentes matizes. Como lembra Sousa Santos (2002), tal fenômeno se deve a quatro razões principais: i) o cooperativismo promove ideais que não são incongruentes com as idéias do mercado, como a livre iniciativa, a descentralização e a autonomia das iniciativas coletivas; ii) os trabalhadores das cooperativas têm incentivos morais e financeiros para trabalharem e produzirem mais, vivendo uma situação trabalhista que acaba também reduzindo os custos de supervisão dos empreendimentos.

Sua capacidade de adaptação lhes permite atuar com mais agilidade dentro do mundo pós-fordista, seja por novas formas de trabalhar, seja pela participação e criação de redes de apoio; iii) as cooperativas possuem um efeito igualitário dos ativos gerados no processo produtivo, o que pode ter um resultado considerável em sociedades muito desiguais; e iv) as cooperativas geram benefícios não econômicos para os sócios e para a comunidade, reforçando as noções de democracia, cidadania, ou seja, criando espaços emancipadores.

1.1 A formação das redes de cooperativas de crédito solidárias e da Ancosol

Depois de viver um período de ostracismo ao longo das décadas de 1960 e 1970, quando o Brasil viveu sob a Ditadura Militar, o cooperativismo de crédito ressurgiu no Brasil nos anos 1980, seguindo estratégias de suas coirmãs e “patrocinadoras”, as cooperativas agropecuárias (coopers).

As cooperativas de crédito (credis) reproduziam as orientações da entidade de representação nacional que foi criada pelos governos militares para disciplinar o setor. Assim, grande parte das credis aderiu às diretrizes da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), de suas respectivas sucursais estaduais (OCEs) e das próprias coopers, tornando-se parceiras financeiras das políticas de modernização, que marcavam a política agrícola e fundiária da época.

Durante os anos 1990, grande parte das credis passou a priorizar a verticalização administrativa, focar as suas atividades financeiras nos clientes de maior retorno comercial e direcionar suas ações ao mundo urbano economicamente mais desenvolvido.

Conseqüentemente, poucos estímulos havia para se fundar novas cooperativas, sobretudo em locais distantes do circuito econômico dominante e das coopers, ou quando os seus promotores pretendiam atender públicos de baixa renda.

Mas, a tendência evolutiva das cooperativas de crédito descrita acima apresentou algumas exceções. Ao longo da década de 1990, três processos podem ser destacados nesse sentido: as credis alternativas criadas em Santa Catarina, as cooperativas de crédito de integração solidária do Sistema Cresol nascidas no sudoeste do Paraná e as cooperativas ligadas à Associação das Cooperativas de

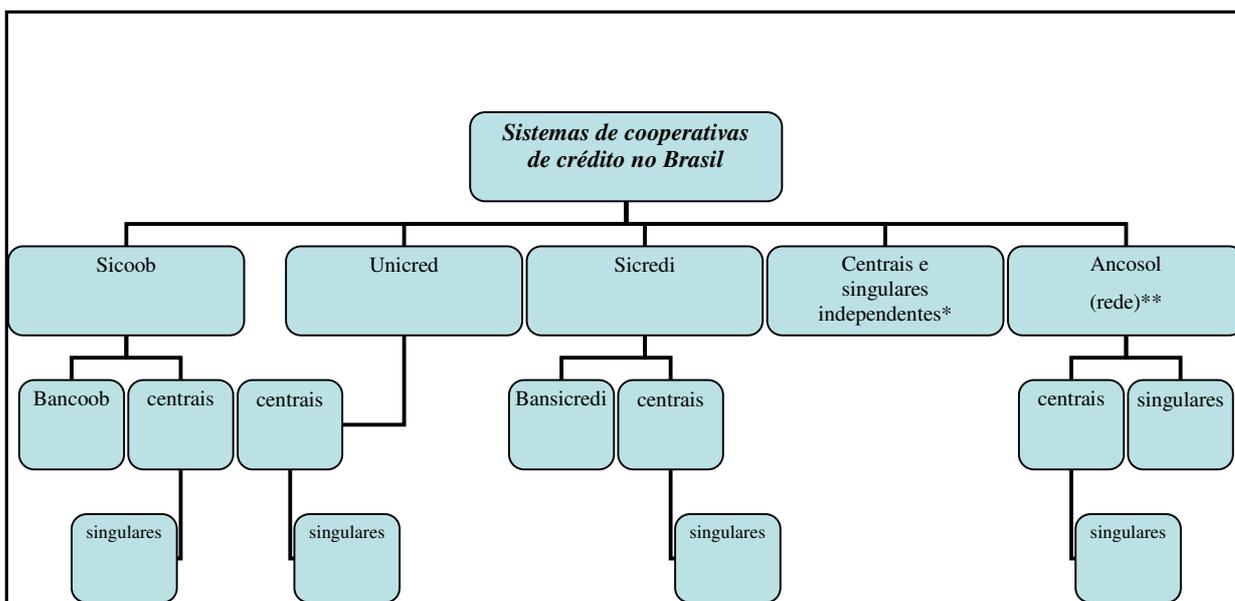
Apoio a Economia Familiar (Ascoob) fundadas no interior baiano.

Depois do surgimento dessas experiências, e que marcaram os primórdios do cooperativismo de crédito solidário no Brasil, no final daquela década começaram a propagar iniciativas similares em outras partes do país.

Em 2002, as redes de cooperativas de crédito solidárias constituíram um fórum nacional, e que foi integrado também por entidades que assessoravam o desenvolvimento desse tipo de cooperativismo no Brasil. Dando seqüência a articulação, em 2004, essas organizações constituíram a Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária (Ancosol)⁴.

Os sistemas e as cooperativas singulares da Ancosol conformavam um dos cinco grandes agrupamentos que compõem a cooperativismo de crédito brasileiro na atualidade. A Ilustração 1 apresenta uma visão sumária desse setor.

Ilustração 1 - Organograma simplificado do cooperativismo de crédito do Brasil (2005)



* as organizações independentes foram aqui agrupadas apenas para fins didáticos; ** a Ancosol representa suas filiadas em determinados aspectos. Elaborado pelo autor.

⁴ Tornaram-se sócios da Ancosol as seguintes organizações: Cooperativa Central de Crédito e Economia Solidária (Ecosol), Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol), Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar (Ascoob), Cooperativa de Crédito Rural dos Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária (Crehnor), Cooperativa de Crédito Rural de Itapipoca - CE (Cocredi), Cooperativa de Crédito Rural de Desenvolvimento Solidário de Lúna - ES (Credsol), e Cooperativa de Crédito Rural da Agricultura Familiar com Interação Solidária de Jataí - GO (Credijat). A Credijat representava o Sistema Crescer. Participaram da fundação do Conselho Consultivo da Ancosol as organizações que já integravam o Fórum, a saber: ADS/CUT, Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste (Assocene), Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria aos Trabalhadores (Cetra - CE), Contag, Departamento de Estudos Sócio Econômicos Rurais (Deser), Movimento de Organização Comunitária (MOC - BA) e a Visão Mundial.

Uma exposição das experiências cooperativas solidárias que integram a Ancosol é apresentada no Quadro 1. Em primeiro lugar, nota-se que as experiências das cooperativas de crédito rural solidárias são todas originárias de movimentos sociais que floresceram no período de redemocratização do país, entre os anos 1980 e 1990 (item 1). Os seus vínculos sociais atuais indicam uma participação de ONGs e sindicatos, associações e igrejas, embora a intensidade desses laços varie caso a caso (item 2). Essas características permitem afirmar igualmente que todas as experiências das cooperativas de crédito rural solidárias brasileiras aqui reportadas nasceram de movimentos organizacionais de diferentes matizes, mas nenhuma é filha de redes informais de cunho estritamente financeiro, e nem mesmo econômico. No geral, as cooperativas de crédito rural solidárias brotaram de grupos sociais nos quais os atos políticos precederam os atos econômicos. Em alguns casos aqui observados, o manejo de fundos de crédito existia anteriormente como parte das iniciativas sociais em curso, mas não era o elo único da articulação das redes.

Quadro 1 - Características organizacionais do coop. de crédito solidário no Brasil (ago 2005)

ITEM/ ORGANIZAÇÃO	Cresol	Crehnor	Cocredi	Crescer	Credsol	Ecosol	Ascoob
1. ORIGEM SOCIAL*	S O I A	S O M	O A	S P	S A	S U	S O I A
2. FORMAS DE CONTROLE SOCIAL (PRINCIPAIS REDES)	Agentes comunit., assoc. locais/ reg. ONGs reg., mov. sind.	MST, MAP, Concrab. assoc. de assentados	Movim. locais / reg., ONGs	Movim. sindical, assoc. locais	Mov. sindical, assoc. locais, ONGs	ADS, CUT, sindicatos urbanos e rurais locais Org. locais	Conselho Ascoob ONGs sindicatos Apaeb, assoc.locais
3. Nº SINGULARES	101	7	1	5	1	26	11
4. Nº DE PACS	24	23	0	0	1	4	25
5. Nº CENTRAIS	2	1	0	0		1	Associação
6. NÚMERO DE SÓCIOS **	55 mil	27 mil	400	1,8 mil	400	6,5 mil	31 mil
7. ANO DE ABERTURA	1995(6)	1999	2002	2002	2003	1999	1997
8. MODELO DE ORGANIZAÇÃO E INSPIRAÇÃO	Próprio / Coop SC	Próprio / Cresol	Próprio / Cresol	Cresol (ainda sem as bases regionais)	Cresol	Próprio / Cresol / Ascoob	Próprio / Bancoob
9. DIMENSÃO TERRITORIAL DE ATUAÇÃO	Regional (PR SC RS)	Regional (PR SC RS)	Micro-regional CE	Estadual GO	Estadual ES	Nacional (SP PR SC RS BA PE CE MG PA)	Estadual BA
10. BASES DE SERVIÇO REGIONAIS	Sim	Não	Proposta Sistema Integrar	Proposta de criação	Proposta de criação	Sim (pouco operantes)	Não
11. PORTE DAS SINGULARES	Município	Região	Região	Município	Município	Município	Região
12. PÚBLICO PRIORITÁRIO** *	A F	A F / A	A F	A F	A F	A F / F P / AU	A F / PC
13. FOCO DA AÇÃO	Rural	Rural	Rural	Rural	Rural	Urbano e Rural	Rural e Urbano

* S (sindicatos trabalhadores rurais), U (sindicatos de trab. urbanos), O (ONGs), I (grupos de igrejas), M (MST),

A (associações comunitárias), P (poder público local). Fontes: sistema e cooperativos; elaborado pelo autor.; ** números aproximados; *** AF (agricultores familiares), A (agricultores familiares assentados da Reforma Agrária), F P (funcionários públicos), AU (assalariados urbanos), PC (pequenos comerciantes). Fonte: Sistemas e cooperativas; elaborado pelo autor.

Mas, a observação dos dados do Quadro 1 permite depreender também que as experiências apresentam uma discrepância considerável em termos de porte. Enquanto o Sistema Cresol possui duas centrais e mais de cem cooperativas (item 3, 5), a experiência da Cocredi resume-se apenas a uma cooperativa, embora seja a pioneira de uma nova rede (Sistema Integrar que está em implantação no Nordeste). Do mesmo modo, nota-se uma disparidade em termos de número de associados (item 6). Percebe-se, também, que elas apresentam períodos de duração distintos, embora nenhuma possua mais de uma década de existência (item 7)⁵.

Em relação aos modelos organizacionais (item 8) nota-se que, com exceção da Ascoob, a proposta do Sistema Cresol está no cerne das experiências em curso. Mas, como é natural nesse tipo de iniciativa, as replicações acabaram sofrendo variados graus de adaptação. Quem parece seguir mais de perto o Cresol, seja por estar localizado numa região com características similares, seja por se propor construir o mesmo tipo de arranjos institucionais é o Credsol. O Crescer também segue o padrão Cresol, mas depois de três anos de operação nenhuma base de serviço foi ainda formalmente instalada, o que levanta dúvidas quanto a sua decisão de adotar por inteiro o modelo. O Ecosol manteve a idéia das bases regionais, mas como atua numa área extensa, a força das bases, como elo de ligação das singulares com a central e estímulo à coesão do Sistema, acaba sendo atenuada.

Quanto ao espaço de atuação (item 9), a grande maioria se dedica às ações de caráter local ou regional. Apenas o Sistema Ecosol colocou o foco no âmbito nacional. Mesmo com os avanços tecnológicos disponíveis, a maioria das experiências optou por distâncias relativamente curtas entre as cooperativas e as instâncias de coordenação.

O Cresol é o único caso em que as bases regionais de serviço estão funcionando plenamente (item 10). Nos demais, ainda que defendam a proposta, há problemas para colocá-las em execução, como a falta de uma priorização política

⁵ Gentil; Fournier (19-) indicam que é necessário perto de cinco anos para se equilibrar financeiramente uma caixa local, cerca de dez para uma união regional e em torno de quinze para uma rede nacional de cooperativas de crédito.

das cooperativas singulares (Crescer) ou um reduzido número de cooperativas ativas numa mesma região (Ecosol e Credsol).

Em relação ao porte das singulares (item 11) se observam dois modelos. Alguns seguiram o modelo preferido pelo cooperativismo de crédito tradicional, estimulando as singulares de porte regional (Crehnor e Ascoob) e outras adotaram um perfil mais horizontal, com cooperativas de base municipal (Cresol).

Nas experiências mais recentes é ainda cedo para identificar qual a estratégia que prevalecerá na prática, embora várias defendam o porte municipal ou micro-regional (Credsol, Crescer e Cocredi). As cooperativas rurais do Ecosol também têm tido atuação municipal, mas algumas mútuas possuem até uma dimensão nacional, como é caso da cooperativa dos aeroviários.

Em geral, verifica-se que o porte regional dificulta o controle social e a participação dos associados, notadamente os menos escolarizados e os que possuem menos condições de compreender o contexto territorial em que a cooperativa está envolvida.

Como conseqüência, algumas experiências apregoam a existência de um número pequeno de PACs em suas estruturas (item 4), ou defendem os postos como etapa transitória para se organizar uma nova singular (Cresol). No universo investigado percebe-se que algumas preferem contar com um grande número deles (Crehnor e Ascoob). Sabe-se que as cooperativas mútuas da Ecosol estão também implantando vários PACs.

Nota-se que as experiências têm uma grande preferência pela agricultura familiar e pelo mundo rural, sendo que até o momento apenas o Ecosol e a Ascoob realizam também ações direcionadas ao público urbano (itens 12 e 13). No caso do Sistema Ecosol, as cooperativas do mundo urbano são juridicamente de crédito mútuo, mas no da Ascoob são as rurais que estendem sua atuação a agrupamentos urbanos (muitos que possuem também vínculos rurais).

O Quadro 2 apresenta um resumo das características financeiras e gerenciais das sete experiências estudadas.

Quadro 2 - Características financeiras e gerenciais do coop. de crédito solidário no Brasil

ITEM / ENTIDADE	Cresol	Crehnor	Cocredi	Crescer	Credsol	Ecosol	Ascoob
1. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (R\$)*	33 milhões	9,9 milhões	35 mil (C. Social)	538 mil	63 mil (C. Social)	2 milhões (C. Social)	6,0 milhões
2. PL / SÓCIO (R\$)*	600,00	366,00	87,00	298,00	157,50	308,00	194,00
3. FONTES EXTERNAS DE FUNDING	BB, BNDES, BRDE	BB, Banrisul, BRDE	-	BB	BB	F. Crescer (interno)	Bancoob, Cooperação Internac. Governo Federal Cooperação Internac MOC, Sicoob Apaeb, DisopBrasil, MDA
4. PRINCIPAIS APOIOS INSTITUCIONAIS	MDA, Cooperação Internac, ONGs, Sindicatos	MST MDA	Cetra MDA	Fetaeg Contag MDA	Fetaes Contag	Sebrae CUT MDA	MDA
5. SISTEMA OPERACIONAL	Coopcred	Coopcred	Coopcred	Coopcred	Coopcred	Próprio e Coopcred	Bancoob
6. OFERTA DE PRODUTOS E SERVIÇOS **	Alta	Média	Baixa	Média	Baixa	Baixa	Alta
7. CONVÊNIOS OPERACIONAIS	BB	BB	BB	BB	BB (parcial)	BB e Caixa (parcial)	Bancoob

* dados de agosto de 2005; ** considerado “alta” quando ultrapassa quinze produtos e serviços oferecidos, como “média” quando passa de dez e como “baixa” quando for inferior a isso. Fontes: sistemas e cooperativas; elaborado pelo autor

Fica claro que a experiência mais abrangente, em termos patrimoniais, é a do Sistema Cresol. Isso pode ser visto em termos absolutos (item 1), como também em termos relativos, em que se verifica a participação média de seu quadro social (item 2).

Observa-se, igualmente, que a maioria das experiências já conseguiu obter

funding de fontes externas (item 3), embora a maioria maneje também créditos próprios. Os financiamentos próprios são viabilizados, principalmente, através do capital social e, com exceção do Ecosol e do Credsol, das contas de depósitos a prazo e à vista. Merece também destaque, como iniciativa de transferência solidária interna, o Fundo Crescer, criado pelo Ecosol, não obstante que em algumas singulares da Ascoob e do Cresol os fundos solidários também existam. Nota-se que a rede de parceiros oficiais repassadores de recursos é mais consolidada nos agrupamentos mais antigos, sendo que a Ascoob está mais bem integrada nos programas governamentais de caráter social e o Cresol com os agentes financeiros. No universo pesquisado, a maior parte das parcerias financeiras existentes com o Governo Federal se dá com o Banco do Brasil (BB) – principalmente em torno do Pronaf – embora exista o interesse de ampliar contatos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Isso ocorre devido às dificuldades de relacionamento que algumas cooperativas enfrentam com as agências locais do BB e pela baixa remuneração recebida desse Banco pelos serviços prestados no Pronaf.

Os apoios ao desenvolvimento institucional (item 4) estão presentes em quase todas as experiências, sendo que na maioria delas existe certo grau de ajuda oficial, que se dá principalmente do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), embora em todas elas ocorram suportes complementares, oferecidos por entidades civis e ONGs (Sebrae com a Ecosol, Cetra com a Cocredi), por entidades sindicais dos trabalhadores rurais (Crescer e Credsol) e movimentos sociais de caráter reivindicatório (MST - Crehnor). As relações com outros países são marcantes ao menos em dois sistemas, justamente naqueles que nasceram em ambientes em que a cooperação internacional já era importante anteriormente: o sudoeste e o centro-oeste paranaense (Cresol) e o semi-árido baiano (Ascoob).

No que tange ao sistema operacional (item 5), a empresa paranaense Leosoft (que produz o programa Coopcred) domina o mercado das cooperativas solidárias no Brasil. O Ecosol foi o único que investiu num software próprio e terceirizou a guarda das informações digitais. As cooperativas da Ascoob empregam o sistema do Bancoob.

Como a maioria dos sistemas solidários não é associada a bancos cooperativos, suas cooperativas não dispõem de um número muito elevado de serviços e produtos financeiros, especialmente quando comparados ao existente na

rede bancária (item 6). A exceção são as cooperativas Ascoob, que oferecem o portfólio do Bancoob. Todavia, com exceção do Ecosol, que não tem contas correntes, a maior parte dos sistemas solidários dispõe de todos os serviços considerados essenciais para o tipo de público em que atuam, ou seja, o crédito, os depósitos e os seguros. Essa situação estava se alterando a partir de 2005, pois as cooperativas começavam a ampliar seus convênios com o BB (item 7), o que permitia a elas atuar como correspondentes bancários deste.

A seguir, o trabalho avançará nas análises em relação às aplicações do Pronaf pelas cooperativas de crédito rural solidárias no Brasil.

2 . As aplicações do pronaf-crédito

Para avaliar melhor a potencialidade das cooperativas de crédito na operação do Pronaf é importante conhecer como tem ocorrido a sua participação na aplicação dos recursos no Brasil.

A Tabela 2 apresenta esses dados, discriminando os montantes gerais do Programa, os aplicados nas cooperativas ligadas à Ancosol e nos bancos cooperativos, apontando, ainda, os percentuais de crescimento em relação ao ano anterior nos três casos.

Tabela 2 - Evolução do Pronaf no Brasil e via as cooperativas de crédito (1999 - 2004)

Ano	Brasil (R\$)	%*	Cooperativas Ancosol (R\$)	%*	Bancoob (R\$)	%*	Bansicredi (R\$)	%*	tota l%
									**
1999	1.829.731.597,98	-	39.210.260,32	-	Nd	-	Nd	Nd	Nd
2000	2.188.635.003,32	19,6	34.699.651,99	11,5	7.134.826,71	-	88.367.106,10	-	5,9
2001	2.153.351.258,78	-1,6	56.824.005,83	63,8	9.482.757,74	32,9	95.096.836,04	7,6	7,5
2002	2.404.850.769,98	11,7	109.464.313,69	92,6	14.023.642,97	47,9	107.948.459,78	13,5	9,6
2003	3.806.899.245,47	58,3	189.071.781,31	72,7	21.488.403,09	53,2	155.808.592,47	44,3	9,6
2004	5.747.362.823,14	51,0	249.082.868,04	31,7	33.945.120,84	58	220.548.062,10	41,7	8,8

* taxa de crescimento em relação ao ano anterior; ** Participação relativa dos três sistemas cooperativos no Pronaf. Fonte: Programa... (2005) e sistemas cooperativos; elaborado pelo autor.

Agrupando-se os dados dos sistemas integrados à Ancosol com os do Bancoob e do Bansicredi verifica-se que, exceto em 2000, as cooperativas vêm elevando sua participação no Pronaf, tanto em valores absolutos quanto em valores relativos.

Enquanto os créditos repassados via os sistemas cooperativos brasileiros representaram em torno de R\$ 130,2 milhões (5,9% do total) em 2000, eles chegaram a quase R\$ 503,6 milhões (8,8% do total) em 2004. Note-se que, em 2002 e 2003, embora em valores absolutos menores, eles representaram 9,6% do volume total aplicado⁶.

Todavia, a velocidade de crescimento dos recursos aplicados varia em cada agrupamento de cooperativas. Percebe-se que as cooperativas vinculadas à Ancosol aplicam mais recursos do Pronaf do que o Bancoob pelo menos desde 1999. Elas ultrapassaram também o Bansicredi, a partir de 2002. Por outro lado, em 2004 a taxa de crescimento dos recursos aplicados foi maior nos bancos cooperativos do que nas da Ancosol. Chama a atenção, igualmente, que mesmo sendo o agente financeiro do maior sistema de cooperativas de crédito do país, o Bancoob tem aplicado menos Pronaf do que o Bansicredi e a Ancosol⁷.

2.1 As cooperativas solidárias e o Pronaf-Crédito

Para facilitar as análises comparativas, são apresentados primeiramente os dados das aplicações do Pronaf pelas cooperativas solidárias, ocorridas no ano de 2004⁸. Registre-se que existem duas filiadas da Ancosol (Ecosol e Cocredi) que não operaram ainda com o Programa.

Pela Tabela 3, que discrimina as aplicações de Pronaf por modalidades e enquadramentos realizadas pelas cooperativas da Ancosol em 2004, fica claro que o Sistema Cresol foi o maior operador: dos R\$ 249 milhões aplicados, cerca de 52,8% foi utilizado pelo Cresol, 42,5% pelo Crehnor, 3,5% pelo Crescer, 1,1% pelo Credsol e 0,1% pela Ascoob. Nota-se também que os empréstimos direcionados ao Grupo C tiveram maior destaque (63,8% das aplicações).

⁶ Sabe-se que existem convênios do BB para aplicação de Pronaf com cooperativas de crédito singulares que não estão integradas em nenhum dos três modelos aqui destacados. Tais dados não estão disponíveis.

⁷ Se contabilizar apenas as cooperativas de crédito rurais, o Sistema Sicoob conta com o apoio de 816 pontos de atendimento (216 singulares e 630 PACs), para atender mais de 465 mil associados no país (dados de 2004).

⁸ Algumas cooperativas integradas à Ancosol possuem outras linhas de crédito rural (Proger, Agregar, recursos da cooperação internacional, etc.), dirigidas aos agricultores familiares.

Percebe-se, igualmente, que as cooperativas ligadas a Ancosol operaram com o investimento e o custeio de forma mais equilibrada do que a média nacional. Nelas, os R\$ 131,6 milhões empregados em custeio e os R\$ 117,4 milhões destinados aos investimentos representaram, respectivamente, 52,8% e 47,2% do total utilizado.

No Brasil, os percentuais foram de 61,8% para o custeio e 38,2% para o investimento. Aliás, um levantamento das aplicações efetuadas entre 1999 e 2004 demonstra que, enquanto no Brasil o Pronaf destinou cerca de 63,0% dos recursos ao custeio, nas cooperativas integradas à Ancosol o percentual foi de 50,4%. Isso demonstra também que houve uma repartição quase igual entre as duas modalidades.

Tabela 3 - Aplicações de Pronaf nas filiadas da Ancosol (2004)

Sistema	Grupo	Modalidade	Número de Contratos	Valor R\$	(Custeio+ Investimento) R\$	
CRESOL	GRUPO C	CUSTEIO	17.370	43.357.787,00	61.887.868,00	
		INVESTIMENTO	4.634	18.530.081,00		
	GRUPO D	CUSTEIO	7.992	41.366.289,00	60.489.707,00	
		INVESTIMENTO	2.601	19.123.418,00		
	GRUPO E	CUSTEIO	664	9.242.982,00	9.242.982,00	
		INVESTIMENTO	0	0,00		
			SOMA	33.261		131.620.557,00
	CREHNOR	GRUPO A/C	CUSTEIO	155	740.745,00	740.745,00
			INVESTIMENTO	0	0,00	
		GRUPO C	CUSTEIO	11.817	24.852.425,55	96.237.509,00
INVESTIMENTO			14.420	71.385.083,55		
GRUPO D		CUSTEIO	1378	6.647.765,66	8.379.017,00	
		INVESTIMENTO	122	1.731.250,86		
GRUPO E		CUSTEIO	40	518.881,73	518.882,00	
		INVESTIMENTO	0	0,00		
			SOMA	27.932		105.876.152,35
CRESCER		GRUPO C	CUSTEIO	9	45.995,60	140.519,87
	INVESTIMENTO		27	94.524,27		
	GRUPO D	CUSTEIO	253	3.356.665,97	7.638.017,40	
		INVESTIMENTO	590	4.281.351,43		
	GRUPO E	CUSTEIO	0	0,00	863.765,18	
		INVESTIMENTO	37	863.765,18		
			SOMA	916		8.642.302,45
	CREDSOL	GRUPO C	CUSTEIO	186	327.339,18	420.749,70
			INVESTIMENTO	27	93.410,52	
		GRUPO D	CUSTEIO	312	1.119.022,85	2.221.672,50
INVESTIMENTO			117	1.102.649,65		
			SOMA	642		2.642.422,20
ASCOOB		GRUPO C	CUSTEIO	6	21.762,00	260.234,04
	INVESTIMENTO		64	238.472,04		
	GRUPO D	CUSTEIO	0	0,00	15.000,00	
		INVESTIMENTO	1	15.000,00		
			SOMA	71		275.234,04
	TOTAIS	GRUPO A/C	CUSTEIO	155	740.745,00	740.745,00
		INVESTIMENTO	0	0,00		

GRUPO C	CUSTEIO	29.388	68.605.309	158.946.880,71
	INVESTIMENTO	19.172	90.341.571	
GRUPO D	CUSTEIO	9.935	52.489.743	78.743.413,42
	INVESTIMENTO	3.431	26.253.670	
GRUPO E	CUSTEIO	704	9.761.864	10.625.628,91
	INVESTIMENTO	37	863.765	
SOMA GERAL	CUSTEIO	40.182	131.597.661,54	249.056.668,00
	INVESTIMENTO	22.640	117.459.006,50	
TOTAL GERAL		62.822		249.056.668,00

Fontes: sistemas e cooperativas; elaborado pelo autor.

Uma análise por enquadramento e por modalidade caracteriza melhor em que espaço está se dando a participação das cooperativas solidárias dentro do Pronaf. A Tabela 4 apresenta os percentuais das cooperativas nos montantes globais aplicados em 2004.

Tabela 4 - Participação das cooperativas Ancosol no Pronaf - % dos montantes* (2004)

Enquadramento	Custeio	Investimento	Soma (C+I)
GRUPO A/C	1,6	-	1,55
GRUPO C	6,49	22,98	10,96
GRUPO D	3,80	3,40	3,66
GRUPO E	1,85	0,61	1,59
TOTAL*	3,78	5,46	4,42

* indica o % das aplicações em relação ao total geral do Pronaf. Fontes: cooperativas e Pronaf; elaborado pelo autor.

Verifica-se uma presença relativamente maior das cooperativas da Ancosol no Grupo C (quase 23% do total aplicado no Brasil em investimentos). Por outro lado, nenhuma cooperativa operou com os Grupos A e B, sendo também reduzida a aplicação no Grupo A/C. Tais dados confirmam o envolvimento das cooperativas solidárias junto ao público de menor renda se dá a partir da faixa de agricultores que possuem um mínimo de garantias para oferecer nos contratos (Grupo C). Ressalte-se que além de não terem acesso legal aos recursos para os Grupos A e B, as organizações cooperativistas e Governo precisariam desenvolver novos mecanismos para contornar os riscos de se atuar junto ao público que aparentemente não possui condições mínimas de se associar numa cooperativa de crédito.

As consultas realizadas junto aos sistemas permitiram observar que o Pronaf

é o produto financeiro mais almejado pelas cooperativas de crédito rural solidárias brasileiras. Suas características transformaram-no também num dos grandes eixos motivadores para a criação e a expansão do cooperativismo de crédito solidário no país, mesmo que isso não seja de todo desejável. Mas, o cooperativismo de crédito solidário conseguiu se instalar em algumas regiões com a ajuda de outros parceiros, sem que as operações do Pronaf fossem significativas. No caso das cooperativas da Ascoob, a parceria foi construída em outros projetos sociais do Governo – como os inseridos na rubrica do Cogefur. Na Ascoob notou-se também a presença de agências internacionais.

Nas experiências em que a aplicação de Pronaf foi elevada constatou-se também a sinergia que se manifestava através de seus componentes principais (complementaridade e *embeddedness*, para se ater ao conceito defendido por Peter Evans⁹). Em sistemas como o Cresol, Crehnor e Crescer houve a combinação da capacidade de negociação com a de exercer pressão política, que se revelou via o capital social existente no local ou na mobilização de entidades nacionais (MST, Depto Rural da CUT, Contag etc). Assim, as redes sociais foram mobilizadas ao mesmo tempo em que as cooperativas construíaam crescentes relações de confiança com agentes do aparelho estatal.

O caso do Cresol retrata nitidamente como se forja esse fenômeno. Desde o início, a sua capacidade de negociação e de articulação política foi além do convencional. Seus dirigentes aprenderam que, para ter acesso ao Pronaf e a outros programas federais ou estaduais, o diálogo precisava ultrapassar as hierarquias locais e regionais dos órgãos públicos. O ineditismo desse tipo de organização nem sempre era aceito ou compreendido pelos escalões intermediários do serviço público, pois muitos deles não estavam acostumados e nem propensos a assumir riscos. Não raramente, os burocratas locais tinham igualmente certa resistência política para atender pleitos de lideranças do Cresol, que eram vistas como contrárias ao poder político dominante. Por outro lado, além dessa forma própria de se reportar diretamente às direções centrais dos diferentes organismos com os quais ela precisava se relacionar, a crescente presença de técnicos comprometidos com sua causa em posições chaves do Pronaf colaborou para que se intensificassem as

⁹ Lembre-se que para Evans a complementaridade é um caminho tradicional da ação governamental, em que os atores públicos e privados assumem padrões definidos, e o *embeddedness* refere-se à constatação de que os atores sociais geralmente estabelecem laços que transcendem as fronteiras que dividem o público e o privado (EVANS, 1996, p.1120).

relações entre a máquina governamental e o cooperativismo solidário.

No caso do Cresol a relação com o Pronaf – Crédito pode ser considerada um caso de sucesso também por outros motivos. O Cresol explorou bem a condição de organização financeira semiformal. Soube apoiar-se em circuitos financeiros informais e das redes sociais para se expandir, ao mesmo tempo em que procurou se manter em um padrão de prudência e de respeito às principais normas e formalidades determinadas pela legislação.

Ao priorizar a pulverização dos recursos do Pronaf para os agricultores do Grupo C, o Cresol – e também a Crehnor – precisaram demonstrar condições gerenciais para cobrir os custos dessa opção. Fizeram isso sabendo tirar vantagem da existência do Programa, pois é visível que as cooperativas de crédito se fortaleceram no Sul do país por causa do Pronaf, e não apesar dele. O Programa foi um dos grandes responsáveis pela entrada de muitos associados e pela criação de uma relação de proximidade das cooperativas com os agricultores. No entanto, viu-se que os ganhos financeiros foram muitas vezes conseguidos de forma indireta, pois a remuneração para se operar o Programa quase nunca era compensatória, especialmente no caso do Pronaf Custeio.

Esses exemplos são reveladores de um cenário favorável, para que as liberações do Pronaf através das cooperativas de crédito se elevem no país, principalmente porque em termos globais a participação ainda não chega a ultrapassar a marca de 10% do volume de total aplicado, embora em algumas linhas ela seja maior. Pouco se avançou, por exemplo, para o público de renda muito baixa, visto que as aplicações junto aos grupos B e A ainda inexistem nas cooperativas, havendo apenas uma pequena participação no Grupo A/C, mesmo que muitas cooperativas possuam associados que se enquadrariam no Grupo B.

Seriam necessários outros estudos para se identificar por que a presença de financiamentos do Grupo C foi limitada no Sistema Crescer e no Credsol. No caso do Crescer, embora seus dirigentes afirmem que os sistemas produtivos existentes demandem somas elevadas e que a maioria dos agricultores tenha grande movimentação financeira, imagina-se que devam existir agricultores enquadráveis no Grupo C, especialmente nos vários assentamentos existentes na área de abrangência das cooperativas. Provavelmente colaboram com essa questão dois entraves de ordem cultural, e que precisariam ser considerados para superar esse tipo de debilidade: 1) como os assentados geralmente residem há pouco tempo em

suas glebas, existe um certo distanciamento entre eles e os moradores das comunidades rurais tradicionais. Isso torna mais difícil a mobilização dos assentados em estruturas de representação coletiva de caráter municipal, como são as cooperativas de crédito; 2) a permanência de traços de uma relação contraditória com o Estado, que acabava direta ou indiretamente levando ao não-pagamento de empréstimos oficiais pelos egressos da reforma agrária, afasta parte do público dos assentamentos de cooperativas de crédito, visto que estas precisam ser rígidas na cobrança das dívidas.

A legislação brasileira obriga as cooperativas solidárias a firmar convênio com um agente financeiro público para ter acesso às verbas oficiais. É possível deduzir que, depois de dez anos, as negociações das cooperativas de crédito rural solidárias e o BB não chegaram a um equilíbrio satisfatório. Além dos problemas das remunerações pelos serviços prestados pelas cooperativas, muitas agências locais do Banco vêem as cooperativas de crédito como competidoras, prejudicando as liberações dos recursos ou assediando os associados.

As dificuldades observadas nas parcerias estabelecidas pelas cooperativas de crédito e o BB não invalidaram, contudo, a sua importância estratégica em determinadas situações. Elas foram e são fundamentais, sobretudo, para que as cooperativas possam funcionar em regiões isoladas, como também durante a fase de implantação dos novos sistemas. Mas, uma ação importante é facilitar as parcerias das cooperativas de crédito com os bancos oficiais de segundo piso, cujos interesses e atividades não colidem com as das cooperativas, especialmente no mercado financeiro de varejo. Espera-se que a recente autorização legal para a entrada do BNDES no Pronaf Custeio seja positiva nesse sentido.

Outro problema está nas distorções geradas a partir da distribuição dos subsídios governamentais vinculados ao Pronaf, principalmente quando se soube que os bancos oficiais exigem elevadas contrapartidas do TN para participar do processo. Isso pode ser considerado pouco justo às cooperativas, mas também aos demais setores da sociedade brasileira que pagam impostos dos quais acabam saindo os recursos para esses subsídios.

Conclusão

Depois de dez anos de existência e apesar das dificuldades e dos riscos existentes nesse tipo de empreendimento pode-se afirmar que as experiências

solidárias são processos consolidados no cenário social e econômico nacional. Além da estruturação de tais experiências, a consolidação pode ser medida também pelo aparecimento de outras iniciativas aqui reportadas, o que permite assinalar que novos patamares em termos organizacionais, políticos e institucionais desse fenômeno já estão em curso. Isso pode criar, aos poucos, referenciais coletivos, permitindo a instalação de uma nova cultura organizacional, de modelos de governança e de ambientes institucionais mais coerentes com os princípios cooperativistas.

A importância das cooperativas de crédito rural solidárias pode ser visto, sobretudo, em oposição a duas características que moldam negativamente o capitalismo contemporâneo, como ressaltou Sousa Santos (2002). No primeiro ponto, as cooperativas de crédito rural solidárias são exemplos de maior igualdade de recursos e de poder. Em muitas das experiências aqui abordadas são inegáveis os ganhos econômicos que as cooperativas estão proporcionando aos seus integrantes. O segundo e o mais evidente é a geração de formas enriquecedoras de sociabilidade.

Contudo, foi possível observar que a ação econômica acontece de forma diferenciada em cada experiência, não obstante todas tenham laços sociais de origem similares, pois são oriundas de movimentos sociais e sindicais que emergiram a partir de vínculos políticos e reivindicatórios de setores que estavam alijados das principais políticas de crédito e de assistência rural.

Trilhar uma ótica emancipatória, cujo objetivo visa romper com a cultura paternalista e presidencialista que muitas vezes se instaura em organizações cooperativas, forjando o espírito da cooperação entre os associados e o exercício do controle social, são algumas das tarefas essenciais que as cooperativas de crédito rural solidárias estão procurando enfrentar. Sem esquecer que, por sua natureza, elas precisam estar sempre norteadas pela lógica da eficiência econômica, as cooperativas estão inventando o novo, ao apostar no manejo das finanças, com participação e inclusão social. A parceria entre as cooperativas de crédito com outros fundos de desenvolvimento é um exemplo interessante diante das necessidades financeiras dos mais pobres e das comunidades rurais em que atuam. Este é o caso dos programas de microcrédito do BNDES e o do Programa Social Habitacional (PSH) do Ministério das Cidades, operados pelos Sistemas Cresol e Crehnor.

Uma das interrogações que movem as cooperativas de crédito refere-se a sua sobrevivência financeira num cenário em que as taxas de juros e o *spread* bancário sejam menores e que esse processo seja casado com um aumento da concorrência, levando a uma redução das margens de rentabilidade obtidas atualmente. Seria importante, nesse sentido, que as cooperativas estivessem mais abertas à ampliação do leque de serviços financeiros prestados, desenvolvendo produtos adaptados à população de baixa renda e focando seus serviços na ótica do desenvolvimento, como também criando elos de proximidade com o seu público mediante o incentivo aos processos de educação financeira e de estímulo à cooperação nos negócios (associativismo).

Quando fortalecem sua relação com as cooperativas de crédito rural solidárias, programas governamentais de crédito têm mais chances também de quebrar os circuitos financeiros informais negativos. Muitos desses laços, embora perversos, são sutis e delicados, o que os torna um mecanismo de dominação difícil de ser alterado sem o apoio de novos ambientes institucionais e da ampliação da ação coletiva. Para consolidar seus laços com as populações mais pobres, as lideranças das cooperativas de crédito precisam também entender melhor como se processa a sua vida financeira e quais são os serviços financeiros que eles mais demandam.

Subsídios aos tomadores de crédito não significam necessariamente baixo rigor na administração e nem falta de compromisso com o pagamento dos empréstimos, mas podem fazer toda diferença para muitas famílias que estão pensando em permanecer ou sair da atividade rural. É o crédito virando uma ferramenta de geração de cidadania e de desenvolvimento. Isso permite apagar a idéia que se percebe no imaginário de boa parte da população (especialmente do interior do país) que relaciona o cooperativismo brasileiro ao fracasso empresarial, ou a um tipo de organização pouco democrático (criador de privilégios para algumas camadas de associados ou que acaba, inevitavelmente, sendo manipulada por funcionários e administradores que se locupletam, em detrimento dos cooperados).

Em termos gerais, observou-se que vários outros entraves precisam ser resolvidos para que o envolvimento das cooperativas solidárias com o Pronaf aumente. Isso pode ser relacionado tanto com as dificuldades para a constituição de novas cooperativas no território nacional, como nas amarras institucionais e jurídicas que dificultam a remessa de mais recursos para os sistemas existentes. Quanto ao

primeiro ponto, é a fragilidade das organizações cooperativas que precisa ser superada. Isso é mais flagrante no Norte e no Nordeste, visto que na primeira região quase inexistem redes de cooperativas de crédito e na segunda faltam melhores condições operacionais às cooperativas e aos sistemas existentes ou em construção.

Mas, apesar de alguns exemplos positivos, as cooperativas de crédito solidárias têm ainda dificuldades em avançar junto aos segmentos mais empobrecidos – os mais pobres dos pobres – das comunidades em que atuam. Reconhece-se que muitas razões socioculturais podem afastar determinados agrupamentos sociais das cooperativas de crédito, pois são avessos às organizações que exigem disciplina, que funcionam de maneira burocrática e atuam em torno do crédito. Todavia, presume-se também que grande parte das dificuldades que as cooperativas encontram para alcançar os marginalizados origina-se tanto em variáveis endógenas (relacionadas à forma de gestão das organizações financeiras – que são tradicionalmente avessas ao risco), quanto em variáveis exógenas (relacionadas à maneira como os demais atores sociais se relacionam com este tipo de organização – falta de instrumentos capazes de minimizar o risco contido nessas operações).

Como a literatura e a experiência do Cresol e de outros sistemas têm demonstrado, a sustentabilidade financeira das cooperativas solidárias não se dá fundamentalmente pela escala (embora ela seja também importante em certos casos), por matrizes de cálculo de risco e nem por formas tradicionais de análise, pelas quais se acredita que as pessoas se relacionam com organizações do mercado financeiro por meio de condutas de cunho utilitarista, individualista, impessoal e distante. A sustentabilidade se manifesta pela menor distância entre os propósitos e a forma de atuação da cooperativa e as necessidades dos associados. Do mesmo modo, a formação de arranjos institucionais favoráveis em torno das experiências são elementos decisivos para o seu sucesso¹⁰.

Além do mais, os sistemas que estabeleceram inovações na governança interna criaram mais perspectivas de expansão e alcançaram mais facilmente sua

¹⁰ As organizações podem desenvolver arranjos institucionais através de maior articulação entre si, construindo ou fortalecendo as redes sociais existentes. Por sua vez um arranjo institucional pode ser definido como a combinação de pressupostos organizacionais, de regras internas de funcionamento escritas ou tácitas, de metodologias de mobilização e de distribuição dos recursos financeiros. São esses elementos que orientam as operações cotidianas, o seu âmbito, as interações dos membros e as relações das organizações (SCHRÖDER, 2004, p.5).

viabilidade. As bases regionais de serviços, inventadas pelo Sistema Cresol, se mostraram como um eficiente mecanismo de regulação e interação dentro de uma rede de cooperativas de crédito, capaz de equilibrar as forças convergentes e as divergentes que se estabelecem entre a Central e as cooperativas singulares. Mesmo não sendo reconhecida legalmente pelo BC, esta instância permitiu que o Sistema funcionasse de forma coesa desde o início, apresentando uma solução inteligente para um dilema que dificulta a criação de outros sistemas de cooperativas de crédito: como dar sustentação gerencial e manter a articulação política de um agrupamento de cooperativas até o momento em que tenham capacidade de organizar uma central a partir de suas próprias capacidades? Esse impasse se manifesta principalmente em regiões em que não existem centrais próximas já funcionando, e em grupos de cooperativas de crédito que não se identificam com as centrais existentes.

Se no espaço rural o cooperativismo de crédito solidário tem crescido, o seu ponto forte é, ao mesmo tempo, sua debilidade em termos de desenvolvimento. Com exceção de algumas cooperativas do Ecosol, não se percebe experiências similares junto aos grandes contingentes demográficos, sobretudo naqueles que habitam regiões metropolitanas e as periferias das grandes cidades. A força política e social das cooperativas de crédito solidária carece de mais referências urbanas, que criem uma alternativa ao modelo que predomina atualmente nesse meio (cooperativismo tradicional).

Uma das opções para se avançar nesse sentido poderia partir do campo legal e institucional, por meio de mudanças na legislação que permitissem, por exemplo, a criação de cooperativas comunitárias (importantes especialmente em bairros ou zonas urbanas)¹¹. Outro exemplo que ajudaria a reordenar o setor e trazer benefícios em termos de maior envolvimento da sociedade seria a segmentação das cooperativas de crédito de acordo com seu porte.

O cooperativismo de livre admissão poderá ser outro caminho. Entretanto, se não for trabalhado adequadamente, esse modelo poderá reforçar o afastamento das cooperativas dos princípios de proximidade ou das finanças solidárias, na medida em que se acolherem associados que possuam poucos vínculos entre si, ou nenhum.

¹¹ Entidades similares a esta já existem na França. As sociedades cooperativas de interesse coletivo são uma ferramenta de desenvolvimento local e sustentável, tendo como objetivo atender uma base territorial, ao invés de um segmento específico (LAPENU; PIERRET, 2005).

Ao fortalecer processos participativos que geram empoderamento e focalizar a aplicação dos recursos financeiros captados em projetos baseados nas necessidades reais das pessoas e dos grupos sociais locais e não do próprio capital financeiro, as cooperativas de crédito representam uma alternativa concreta em termos de combater a tendência de concentração da renda e da riqueza, pelo menos nos espaços em que elas atuam diretamente.

Todavia existe uma distância a ser vencida para que essas intenções e projetos se traduzam em mais resultados concretos em termos de participação no mercado. É provável que uma multiplicação da participação atual das cooperativas de crédito, situada em torno dos 2%, para um patamar próximo de 10% significaria um importante incremento da concorrência no setor bancário brasileiro. Isso poderia, via o efeito nivelador, melhorar o acesso e a qualidade dos serviços financeiros e levar a uma redução de seus custos para os consumidores em geral. Tal fenômeno já é observado em muitos mercados financeiros locais, em que a presença das cooperativas de crédito leva os bancos a melhorarem o atendimento aos clientes.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Cooperativismo de crédito: efeitos contraditórios de uma legislação restritiva. In: SANTOS, Carlos Alberto (Org.). **Sistema financeiro e as micro e pequenas empresas**: diagnósticos e perspectivas. Brasília: Sebrae, 2004. p. 151-157.

_____. Finanças de proximidade e desenvolvimento territorial no semi-árido brasileiro. In: _____. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p.101-123.

ALVES, Sérgio Darcy da Silva; SOARES, Marden Marques. **Democratização do crédito no Brasil**: atuação do Banco Central. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004

BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 21, p.83-108, nov. 2003.

BITTENCOURT, Gilson. **Abrindo a caixa preta**: o financiamento da agricultura familiar no Brasil. Campinas, 2003. 213 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

BÚRIGO, Fábio Luiz et. al. **O processo de constituição de cooperativas de crédito rural solidárias**. Brasília, 2005. Relatório: Produto da consultoria técnica prestada ao IICA PCT/Pronat, no período de setembro de 2005.

COSTA, Cláudia. A união faz a força. **Desafios**, Brasília, n.10, maio 2005. Disponível em: <<http://www.desafios.org.br>>. Acesso em: 17 dez. 2005.

CATTANI, Antônio David. (Org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

EVANS, Peter. Government action, social capital and development: reviewing the evidence on synergy. **World Development**, [S.l.], v.24, n.6, p.1119-1132, 1996.

FILHO, Luiz Carlos Beduschi; ABRAMOVAY, Ricardo. Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia rural, 41., 2003, Poços de Caldas. **Anais...** Brasília: Sober, 2003.

FRANÇA FILHO, Genauto C. de. A perspectiva da economia solidária. In: FISCHER, Tânia (Org). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e**

avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

GENTIL, Dominique ; FOURNIER, Yves. **? Pueden los campesinos ser banqueros?** Managua: Simas, [Paris]: Iram, (19-).

LAPENU, Cécile; PIERRET, Dorothée. **Guide opérationnel d'analyse de la gouvernance d'une institution de microfinance.** Paris: Iram; Cerise, 2005.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales. **Economia, natureza e cultura:** uma visão histórica e interdisciplinar dos sertanejos, dos mercados e das organizações no sertão da Bahia. São Paulo, 2005. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo.

PINHO, Diva Benevides; PALHARES, Valdecir Manoel A. (Orgs). **O cooperativismo de crédito no Brasil:** do século XX ao século XXI. [Brasília]: Editora Confabras; Santo André: Esetec, 2004.

PIRES, Maria Luiza Silva e Lins (Org). **Cenários e Tendências do Cooperativismo Brasileiro.** Recife: Bagaço, 2004. Disponível em: < <http://www.unircoop.org/>>. Acesso em: 09 dez. 2005.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br>>. Acesso em : 29 mar. 2005

RUTHERFORD, Stuart. **Los pobres y su dinero.** Tequisquiapan, México: La Colmena Milenaria; México, DF: Universidad Iberoamericana, 2002.

SCHRÖDER, Mônica. **Finanças, comunidades e inovações:** organizações financeiras da Agricultura Familiar – O Sistema Cresol (1995-2003). Campinas, 2005. 192 f Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas. Versão preliminar.

_____.As organizações financeiras da agricultura familiar e a importância dos vínculos sociais – o caso do Sistema Cresol, no Sul do Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 28., 2004, Cachambu. **Anais...**São Paulo: Anpocs, 2004.1 CD-Rom.

SCHWARTZMAN, Simon; REIS, Elisa P. Pobreza e exclusão. In: GACITÚA-MARIÓ, Estanislao; WOOLCOOK, Michael. **Exclusão social e mobilidade no Brasil.** Brasília: Ipea, 2005.

SERVET, Jean-Michel; VALLAT, David (Orgs.). **Exclusion et liens financiers.**

Rapport du Centre Walras – 2001. Paris: Economica, 2001.

SINGER, Paul. Apresentação. In: ABRAMOVAY, Ricardo.(Org). **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: Ed. Annablume, 2004

SOUSA SANTOS, Boaventura (Org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.